RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora) e Consolidadas, referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2011.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi repleto de transformações para a QGEP. Nossa bem-sucedida Oferta Pública Inicial de Ações resultou em uma captação líquida de aproximadamente R$1,5 bilhão, que nos permitiu desenvolver nossos ativos existentes e expandir e diversificar nosso portfólio exploratório. Ao longo deste primeiro ano como companhia de capital aberto, fizemos progressos significativos na concretização do nosso planejamento estratégico, atingindo o objetivo de expandir o portfólio da QGEP de forma balanceada.

Os destaques de 2011 incluíram:

- O retorno da capacidade total de produção no Campo de Manati no quarto trimestre de 2011, após a conclusão dos trabalhos de manutenção realizados durante o ano;
- As negociações bem-sucedidas de dois acordos de farm-in para os Blocos BM-S-8 e BS-4, ativos promissores localizados na Bacia de Santos, uma das áreas exploratórias mais prolíferas do Brasil;
- As atividades de perfuração em andamento nos Blocos BM-S-12, BM-S-8 e BM-J-2, com resultados esperados no curto e médio prazos;
- A confirmação pela ANP da QGEP como operador de águas profundas, Operador A, dos campos de Atlanta e Oliva (BS-4).

Alcançamos um fluxo de caixa operacional positivo de R$194,2 milhões em 2011, mesmo impactado pela manutenção realizada no Campo de Manati. Retornamos à capacidade total de produção no final do quarto trimestre, e, para 2012, prevemos apenas manutenções programadas, que não devem impactar a expectativa de 6 MMm^3 de capacidade média diária de gás natural.

Em 2011, concluímos dois importantes acordos de farm-in, adicionando ativos exploratórios e em desenvolvimento localizados no pré-sal da Bacia de Santos.

Em junho de 2011, iniciamos a perfuração do poço Biguá, no Bloco BM-S-8, primeiro farm-in realizado pela empresa após a Oferta Pública Inicial de Ações. Os resultados desse poço indicaram a presença de óleo e os dados coletados ainda estão sendo analisados. Demonstrando a confiança do consórcio no potencial desse Bloco, foi iniciada, mais recentemente, a perfuração de outro prospecto com objetivo no pré-sal, Carcará, cujos resultados são esperados para o segundo trimestre de 2012.

O Bloco BS-4, nosso segundo farm-in, está localizado em área de alta prospectividade da Bacia de Santos e próximo a descobertas gigantes do pré-sal, tais como Libra e Franco, denotando um cenário promissor para futura exploração nesta área. No início de 2012, a QGEP obteve a aprovação da ANP para atuar como operador nesse Bloco, ratificando a nossa importante posição como a única companhia brasileira independente qualificada como operador "A". No quarto trimestre de 2011, aumentamos substancialmente nossa equipe técnica com profissionais de larga experiência na indústria para dar suporte às operações no Bloco BS-4. Os campos de Atlanta e Oliva somam mais de 2 bilhões de barris de óleo *in situ* e a perfuração de desenvolvimento a ser iniciada no final de 2013, propiciará um aumento do potencial de produção e fluxo de caixa da companhia no médio prazo.

Em junho de 2011, a Companhia iniciou a perfuração do poço Alto de Canavieiras, a fim de testar o prospecto JEQ #1 com objetivo no pré-sal do Bloco BM-J-2. Ao final de setembro, o poço atingiu a profundidade de 2.540 metros, e teve sua perfuração temporariamente interrompida em função de condicionantes do IBAMA, que restringem atividades exploratórias em áreas de reprodução de quelôneos por um período definido. A Companhia pretende reiniciar a perfuração deste poço em 2012, utilizando a licença ambiental já emitida que é válida até junho de 2013. A QGEP espera atingir a profundidade final estimada em 4.700 metros em aproximadamente dois meses após o reinício da perfuração.

No Bloco BM-S-12, as atividades de perfuração no poço exploratório 3-SCS-15 foram iniciadas em julho de 2011, a fim de testar os prospectos Santos #1, Santos #2, Santos #3 e Santos #4. Em sua primeira fase, atingiu a profundidade de 2.200 metros com a Sonda Lone Star e a segunda fase da perfuração teve início no final de outubro com a Sonda Ocean Baroness. A profundidade final de aproximadamente 6.400 metros será alcançada em 2012. O Bloco BM-S-12, com alto potencial para reservatórios no pré-sal, está localizado na Bacia de Santos a aproximadamente 230 km da costa sudeste do Brasil. A Companhia detém 30% de participação nesse bloco, que é operado pela Petrobras.

Em 2011, seguindo nosso planejamento estratégico, reforçamos nosso compromisso de contínua criação de valor. Tivemos sucesso em atingir lucro e fluxo de caixa operacionais positivos mesmo sob condições limitadas de produção do Campo de Manati, além de expandir nosso portfólio de ativos e diversificar nossas fontes potenciais de receita. Estamos confiantes que 2012 será mais um ano de sucesso, com o retorno da produção de gás natural aos níveis recorrentes e o avanço em nossas atividades de E&P.

CENÁRIO MACRO ECONÔMICO

O ano de 2011 foi marcado pela crise de dívida dos países do velho continente, embora avanços significativos estejam sendo alcançados no início de 2012. Em relação à atividade econômica, o crescimento do PIB brasileiro foi de 2,7% a.a. em 2011, comparado a 7,5% a.a. no ano anterior. Em resposta ao menor crescimento e à crise na Europa, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros, SELIC, para 11% a.a. no final do ano. Os cortes possivelmente continuarão em 2012, de acordo com as projeções do relatório FOCUS de 9 de março de 2012 que indicam a SELIC atingindo 9,0% a.a. no final do ano.

Ao estimular o crescimento reduzindo juros e lançando benefícios tributários, a inflação oficial do governo medida pelo IPCA ficou em 6,5% a.a. no ano de 2011 contra 5,9% a.a. no ano passado. A inflação influencia os resultados da companhia, já que o preço de venda do gás de Manati é corrigido por um índice inflacionário. O preço do barril de petróleo tem pouca influência em nosso resultado atual, afetando apenas o preço de venda do condensado. O petróleo tipo Brent apresentou apreciação expressiva no ano de 2011 fechando a US$107 por barril, 13% superior ao fechamento de 2010.

O câmbio fechou o ano de 2011 a R$ 1,87/US$ em comparação a R$ 1,66/US$ em 2010. Grande parte da depreciação cambial ocorreu a partir do mês de setembro, quando a crise das dívidas européias atingiu o seu ápice. Os preços de bens e serviços da indústria de petróleo são denominados em dólar. Por esta razão, em dezembro de 2011, o Conselho de Administração da QGEP Participações S.A. aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado, cujo objetivo é formalizar as medidas elegíveis de mitigação da exposição da companhia e suas controladas aos riscos de mercado não inerentes à atividade de exploração e produção de óleo e gás. A Política determina condições e limites para o uso de instrumentos derivativos, como Futuro, NDF (*non-deliverable forward*) e Opções, que poderão ser contratados somente com o objetivo de proteção (*hedge*).

INVESTIMENTO

Somos titulares de 45% do Campo de Manati, localizado na Bacia de Camamu, que é atualmente um dos maiores campos de gás natural não-associado em produção no Brasil. Essa participação nos possibilita ser a maior empresa de controle privado brasileiro no setor de exploração e produção, em termos de produção diária em boe no Brasil, segundo dados divulgados pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, referentes ao

ano de 2011. Neste campo, temos contrato de longo prazo para a venda de gás com a Petrobras, com preço e volume definidos, que contribui para um fluxo de caixa estável e previsível.

Em 2010, o Campo de Manati atingiu a produção média diária de 6,2 MMm^3, seguida por 4,1 MMm^3 em 2011. Essa redução na comparação anual foi resultado da manutenção realizada ao longo do ano e já concluída em dezembro de 2011.

Conforme divulgado anteriormente, a produção média diária do quarto trimestre de 2011 foi de 4,7 MMm^3/dia, obtida por meio de cinco dos seis poços produtores. Em dezembro de 2011, a QGEP anunciou que todos os seis poços estavam operacionais e que o Campo de Manati havia retornado à sua plena capacidade. A Companhia teve uma despesa em torno de R$10 milhões em custos de manutenção do Campo de Manati durante 2011.

O valor total de CAPEX desembolsado pela QGEP em 2011 foi de US$150 milhões, utilizado para financiar sua campanha exploratória nos blocos BM-S-76, BM-J-2, BM-S-12 e BM-S-8, bem como para a aquisição de sísmica de áreas de interesse da companhia. Adicionalmente, US$332 milhões foram gastos com a aquisição de participações nos blocos BM-S-8 e BS-4, ambos localizados na Bacia de Santos, dos quais US$142 milhões foram desembolsados somente em 2012.

RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras abaixo representam as informações financeiras consolidadas da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia foi constituída em 9 de março de 2010, e tornou-se operacional em 2 de setembro de 2010, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”) aportou na companhia a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), passando esta última a ser sua subsidiária integral. Dessa forma, a demonstração do resultado da Companhia no ano de 2010 representa o resultado de operações para o período de três meses e 29 dias findo em 31 de dezembro de 2010, não sendo possível a comparação direta entre os resultados dos anos de 2010 e 2011.

Como uma empresa de participações em sociedades que se dedicam substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo e gás natural, o resultado da companhia reflete, basicamente, o resultado de suas controladas: Manati S.A. e Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.. Desta forma, apresentamos abaixo as principais variações dos grupos do balanço patrimonial e do resultado do período:

Caixa (Caixa, Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras e Caixa Restrito)

A Companhia encerrou 2011 com um saldo de caixa[1] positivo de R$1.213,4 milhões, representando um aumento significativo em relação aos níveis registrados no final de 2010. Esse aumento expressivo se deu basicamente em função do sucesso da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia, que captou aproximadamente R$1,5 bilhão para financiar as atividades de exploração existentes e a expansão de seu portfólio de ativos. Além disso, o caixa restrito foi reduzido no montante de R$60,0 milhões em função da antecipação de 33 parcelas referentes ao financiamento junto ao BNB.

Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar totais (circulante e não circulante) atingiram R$20,9 milhões em 2011. Este valor refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

[1] Inclui caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito.

Imobilizado

Em 2011, o Imobilizado totalizou R$869,4 milhões, comparado com um saldo de R$713,7 milhões em 2010. Esta variação refere-se basicamente as (i) adições do bloco exploratório BM-J-2 no montante de R$112,2 milhões, que incluem gastos com serviços de perfuração, logística e materiais, e (ii) baixas no montante de R$11,7 milhões referentes ao bloco BM-S-76 devolvido à ANP no segundo trimestre de 2011.

Intangível

Durante o ano de 2011, a controlada QGEP assinou contrato de compra e venda de direitos de concessão para a aquisição de 10% de participação no bloco BM-S-8 e de 30% de participação no bloco BS-4, localizados no offshore da Bacia de Santos, nos valores de US$175,0 milhões e US$157,5 milhões, respectivamente. A transferência dos direitos de concessão para a QGEP em relação ao Bloco BM-S-8 foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011. Em fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência dos direitos de concessão, bem como a operação do Bloco BS-4, para a QGEP.

Contas a Pagar

As contas a pagar somaram R$265,9 milhões no final de 2011, em função da provisão para pagamento do saldo remanescente (90% do preço de aquisição) do contrato de compra e venda para aquisição de 30% de participação no Bloco BS-4. Esse montante foi liquidado em 2 de março de 2012.

Empréstimos e Financiamentos

A Companhia encerrou 2011 com uma dívida total de R$103,6 milhões, 45% abaixo do valor apresentado no encerramento de 2010, principalmente devido a amortização da totalidade do financiamento junto ao IFC no montante de R$23,9 milhões e a antecipação de 33 parcelas referentes ao financiamento junto ao BNB no montante total de R$60,0 milhões.

Provisão para Garantia Devolução Blocos

O saldo de 2010 refere-se às garantias do Programa Exploratório Mínimo (PEM) do bloco exploratório BM-S-77. O montante de R$10,6 milhões foi provisionado em dezembro de 2010 e liquidado em maio de 2011 quando exercidos pela ANP.

Receita Líquida

Em 2011, a receita líquida totalizou R$289,0 milhões, resultado de uma produção média de 4,1 MMm^3/dia de gás natural e de 65 m^3/dia de condensado. Os volumes totais de produção no Campo de Manati atingiram 1.500 MMm^3 em 2011, ou 675 MMm^3 líquidos para a Companhia.

A Companhia registrou receita líquida de R$83,1 milhões no quarto trimestre de 2011, 21,4% abaixo do mesmo período do ano anterior.

Custos Operacionais

Os custos acumulados em 2011 totalizaram R$128,7 milhões. Além dos custos de operação da planta de gás de R$37,5 milhões, contribuíram para os custos deste período os seguintes itens: R$53,1 milhões de depreciação; R$24,7 milhões de Royalties e Participação Especial; R$3,0 milhões de Pesquisa & Desenvolvimento; e R$10,4 milhões de custos de manutenção.

Despesas Gerais e Administrativas

Durante o ano de 2011, a Companhia expandiu o número de profissionais em seu corpo técnico a fim de se preparar para cumprir com as atividades como operador do Bloco BS-4 e com a estratégia de aumentar sua presença como operador de outros blocos.

As Despesas Gerais e Administrativas no ano de 2011 também incluem o pagamento feito para os diretores, gerentes e colaboradores da Companhia, no valor de R$23,1 milhões, como um incentivo relacionado à conclusão bem-sucedida da Oferta Pública Inicial de Ações finda em 9 de março de 2011, conforme divulgado no prospecto.

Custos Exploratórios

Os custos exploratórios totais para a extração de petróleo e gás atingiram R$52,1 milhões em 2011. Este valor reflete principalmente (i) custos do poço 1-SPS-80 localizado no Bloco BM-S-76, que foi perfurado no primeiro trimestre, onde não foram identificadas zonas potencialmente produtoras, no montante de R$13,2 milhões e (ii) aquisição de dados sísmicos no valor de R$29,7 milhões que compreende a região dos blocos onde a QGEP adquiriu participação recentemente.

Resultado Financeiro

Em 2011, a receita financeira líquida totalizou R$84,4 milhões, comparada a uma receita financeira líquida de R$9,8 milhões em 2010. Este montante refere-se principalmente à receita financeira gerada pelas aplicações dos recursos captados na Oferta Pública Inicial de Ações, recebidos pela Companhia em fevereiro de 2011. Além disso, o resultado financeiro também foi impactado pela despesa de variação cambial no valor de R$48,5 milhões referente ao impacto da depreciação do câmbio sobre o saldo remanescente a pagar do preço de aquisição do Bloco BS-4, bem como sobre o saldo provisionado para abandono do Campo de Manati.

Lucro Líquido

A Companhia reportou um lucro líquido de R$92,1 milhões, decorrente da combinação dos lucros operacional e financeiro. Os principais fatos que afetaram o resultado do período foram (i) redução da receita de venda de gás, devido ao menor volume de produção do Campo de Manati, (ii) custos exploratórios do poço 1-SPS-80, (iii) despesas administrativas não recorrentes referentes à Oferta Pública Inicial de Ações, (iv) aumento da receita financeira pela captação da Oferta Pública Inicial de Ações realizada pela Companhia em 2011 e (v) variação cambial decorrente da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar norte americano.

MERCADO DE CAPITAIS

A ação da QGEP (Ticker: QGEP3) encerrou o ano cotada a R$16,50, o que representa um valor de mercado de R$4,4 bilhões e uma desvalorização de 13% em relação ao preço da Oferta Pública Inicial de Ações. Esta desvalorização acompanhou o índice IBOVESPA que apresentou um decréscimo de 14% no mesmo período. O mercado de capitais apresentou uma alta volatilidade no ano em função do cenário macroeconômico global.

A negociabilidade da ação no ano apresentou um excelente resultado com um volume financeiro médio de R$12 milhões e uma média diária de aproximadamente 19 mil negócios. A Companhia contratou em julho de 2011 o Credit Suisse como formador de mercado para fomentar a liquidez da ação, e o resultado foi um aumento superior a 80% no número de negócios no ano, após a contratação do formador considerando o período posterior ao encerramento da oferta. Este resultado rendeu à Companhia a inclusão de sua ação na carteira do Índice Brasil (IBrX) válida a partir de janeiro de 2012, que considera as 100 empresas com os maiores índices de negociabilidade da BM&FBovespa.

A ação da companhia despertou o interesse do mercado e conta atualmente com 15 coberturas de analistas de investimentos de bancos e corretoras nacionais e internacionais. No final de 2011, dentre as instituições, 12 recomendavam compra para a QGEP e apenas três recomendavam manutenção e o preço alvo médio para as ações da Companhia era de R$24,10.

DIVIDENDOS

Nosso estatuto social prevê as seguintes regras para a destinação do resultado:

- Do lucro líquido obtido no exercício social, 5% (cinco por cento) serão deduzidos para constituir a reserva legal até que esta reserva atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

- Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 0,001% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social; e

- O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação de nossa Assembléia Geral Ordinária.

RECURSOS HUMANOS

Os profissionais do nosso corpo gerencial e técnico possuem uma vasta experiência, no Brasil e no exterior, no setor de óleo e gás, em grande parte adquirida através de longa atividade na Petrobras, onde ocuparam posições de destaque nas atividades de exploração, desenvolvimento da produção e comercialização de petróleo e gás natural. Nossa equipe possui especialização nas áreas de geologia, geofísica, engenharia de reservatório, produção e perfuração, bem como na área de meio ambiente. Em sua maioria, foram participantes ativos de significativas descobertas nas bacias brasileiras, tais como os Campos de Manati, Garoupa, Marlim, Albacora e Roncador. A atual equipe gerencial e técnica nos permite conduzir nossas atividades com elevado padrão de desempenho.

Nossa equipe administrativa e financeira é composta por profissionais formados pelo Grupo Queiroz Galvão e por profissionais com experiência relevante em outras grandes empresas do mercado. Encerramos o ano de 2011 com cerca de 60 colaboradores, incluindo funcionários e empregados terceirizados, 100% superior ao quadro de funcionários de 2010.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

As atividades da QGEP são pautadas na segurança, nos princípios da ética, das boas práticas de governança corporativa e do respeito ao meio ambiente. Esforçamo-nos para figurar entre as companhias com os melhores resultados no segmento de E&P e entre as melhores empresas para trabalhar no Brasil. Nossa meta é encorajar as iniciativas de responsabilidade social, a geração de empregos, a contratação de serviços e uma operação comercial que seja referência em integração e excelência. A Companhia está comprometida a agir de forma responsável e segura para minimizar o impacto ambiental de suas atividades e beneficiar as comunidades no entorno de sua área de atuação. Ao longo do ano de 2011, foram implementados diversos projetos socioambientais na região do Bloco BM-J-2, estabelecendo um programa sólido para a perfuração deste prospecto.

Para se preparar com segurança para esta atividade, a QGEP contratou equipamentos adequados para responder imediatamente em caso de alguma ocorrência durante as atividades. Além disso, a Companhia contou com quatro bases nas cidades de Ilhéus, Una, Canavieiras e Alcobaça com equipamentos para resposta e embarcações para a proteção da costa no caso de um eventual incidente. Embarcações de pesca também foram treinadas para operar os equipamentos de resposta, em caso de necessidade.

Nossos projetos socioambientais envolvem as comunidades locais ao redor da Bacia de Jequitinhonha e tem a intenção de beneficiar a região como um todo. Esses projetos incluem o Projeto de Monitoramento de Praias, o Projeto de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro e o Projeto de Comunicação Social. Destacamos o projeto de Monitoramento de Praias, que com o auxílio de monitores contratados na região e biólogos e veterinários experientes, monitorou mais de 100 Km de faixa de praia diariamente, de abril a novembro, para possível avaliação dos impactos diretos da atividade exploratória sobre a biota marinha.

Além dos programas ambientais, a QGEP também contribuiu em projetos educacionais e de incentivo ao esporte. Um exemplo é o projeto VivaVôlei, programa social chancelado pela Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e pela UNESCO, que é financiado integralmente pela QGEP utilizando o benefício fiscal da Lei de incentivo ao esporte.

Outra iniciativa é o Projeto "Portinari para Todos", que promove a consciência ambiental entre crianças com base nas obras do pintor brasileiro Cândido Portinari. Em maio de 2011, a cidade de Ilhéus foi a primeira a receber a exposição itinerante, composta por 22 quadros e oficinas de educação artística. Posteriormente, o projeto seguiu para as cidades de Canavieiras, Una e Belmonte. Além da exposição e de várias oficinas, as escolas locais também receberam material pedagógico criado especialmente para o projeto, e os professores obtiveram treinamento para utilização dos materiais em suas salas de aula. Esse projeto é financiado utilizando o benefício fiscal da Lei Rouanet de incentivo a cultura.

Ao longo do ano, a QGEP também iniciou a implantação de indicadores de gestão para a sustentabilidade. A empresa pretende publicar o seu primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade referente ao ano fiscal de 2011 já no modelo preconizado internacionalmente pela Global Report Initiative (GRI). Para tanto a empresa ampliou o diálogo com seus diversos públicos de interesse e desenvolveu uma pesquisa online para conhecer quais os temas de maior relevância para os diversos grupos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia com relação aos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se em princípios que preservam a sua independência. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela QGEP Participações S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício de 2011. Conforme requerido pelas regras de independência no Brasil, essa empresa de auditoria externa não prestou, no período, serviços além dos acima relacionados à Companhia e suas controladas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2011.

A Administração

QGEP Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010
e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Presidente Wilson, 231 – 22º
25º e 26º andares
Rio de Janeiro – RJ – 20030-905
Brasil

Tel: + 55 (21) 3981-0500
Fax:+ 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da QGEP Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QGEP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da QGEP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da QGEP Participações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota explicativa 29, em 08 de fevereiro de 2012 a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") aprovou a transferência dos direitos de concessão do Campo de Coral da Companhia BS-3 S.A. para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") e em 16 de fevereiro de 2012 a ANP aprovou a transferência do contrato de concessão de exploração da Companhia Shell Brasil Petróleo Ltda. referente ao bloco BS-4, para a QGEP.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011609/O-8 "F" RJ

André Ricardo Aguillar Paulon
Contador
CRC 1SP 222.749/O-5

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP) 31/12/2011	Controladora (BRGAAP) 31/12/2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31/12/2010
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.705	5.229	1.021.951	137.225
Aplicações financeiras	4	-	-	130.479	-
Contas a receber	5	-	-	76.140	82.007
Estoques	6	-	-	5.362	-
Impostos a recuperar	9.1	-	-	20.698	1.156
Dividendos a receber	10.2	2.716	-	-	-
Outros		100	659	3.477	1.209
Total do ativo circulante		5.521	5.888	1.258.107	221.597
NÃO CIRCULANTE					
Caixa restrito	8	-	-	60.968	110.571
Impostos a recuperar	9.1	-	-	167	218
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.4	-	-	5.800	2.861
Investimentos	10.2	2.170.498	617.148	-	-
Imobilizado	11	-	-	869.425	713.657
Intangível	12	-	-	535.205	5.836
Outros		-	-	51	-
Total do ativo não circulante		2.170.498	617.148	1.471.616	833.143
TOTAL DO ATIVO		2.176.019	623.036	2.729.723	1.054.740
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		83	29	26.652	18.999
Contas a pagar	13	-	-	265.895	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	51.992	76.330
Impostos e contribuição a recolher	9.2	28	-	24.438	22.579
Remuneração e obrigações sociais		32	44	1.453	283
Contas a pagar - partes relacionadas	7	113	660	500	1.181
Provisão para pesquisa e desenvolvimento		-	-	6.035	5.001
Provisão para garantia devolução blocos		-	-	-	10.555
Outras obrigações		-	-	18.383	13.732
Total do passivo circulante		256	733	395.348	148.660
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	51.565	188.692
Provisão para abandono	16	-	-	107.047	95.085
Total do passivo não circulante		-	-	158.612	283.777
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	23	2.078.116	620.417	2.078.116	620.417
Reserva legal		6.387	1.780	6.387	1.780
Reserva para investimento		87.529	-	87.529	-
Plano de opções de ações	23	3.731	-	3.731	-
Dividendos propostos		-	106	-	106
Total do patrimônio líquido		2.175.763	622.303	2.175.763	622.303
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.176.019	623.036	2.729.723	1.054.740

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
E PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES E VINTE E NOVE DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP) 01/01/2011 a 31/12/2011	Controladora (BRGAAP) 02/09/2010 a 31/12/2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 01/01/2011 a 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 02/09/2010 a 31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	17	-	-	289.007	142.242
CUSTOS	18.1	-	-	(128.722)	(57.158)
LUCRO BRUTO		-	-	160.285	85.084
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18.2	(3.565)	(73)	(64.096)	(10.113)
Equivalência patrimonial	10	95.289	35.659	-	-
Custos exploratórios para a extração de petróleo e gás	19	-	-	(52.071)	(39.044)
Outras operacionais, líquidas		-	-	(7.261)	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		91.724	35.586	36.857	35.927
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	20	413	9	84.354	9.781
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		92.137	35.595	121.211	45.708
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.3	-	-	2.939	(710)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.3	-	-	(32.013)	(9.403)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		92.137	35.595	92.137	35.595
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	23	0,36	0,59	0,36	0,59

(*) Além do lucro do período, não existiram outros resultados abrangente. Desta forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
E PARA O PERÍODO DE NOVE MESES E VINTE E TRÊS DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Plano de opções de ações	Proposta de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
			Legal	Investimentos				
ATO CONSTITUTIVO EM 9 DE MARÇO DE 2010 (*)		-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE de 2 de setembro de 2010 - acervo liquido		558.197	-	-	-	-		558.197
Aumento de capital conforme deliberação do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2010 (ratificada na AGE de 17 de janeiro de 2011) - caixa		62.220	-	-	-	-		62.220
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	35.595	35.595
Apropriação do lucro do período:								
Reserva legal		-	1.780	-	-	-	(1.780)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	106	(106)	-
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(33.709)	(33.709)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		620.417	1.780	-	-	106	-	622.303
Aumento de capital conforme deliberação do Conselho de Administração de 7 de fevereiro de 2011	23	1.317.460	-	-	-	-	-	1.317.460
Aumento de capital conforme deliberação do Conselho de Administração de 2 de março de 2011	23	197.619	-	-	-	-	-	197.619
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	92.137	92.137
Apropriação do lucro do exercício:								
Reserva legal		-	4.607	-	-	-	(4.607)	-
Reserva para investimento		-	-	87.529	-	-	(87.529)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(1)	(1)
Dividendos pagos		-	-	-	-	(106)	-	(106)
Plano de opções de ações		-	-	-	3.731	-	-	3.731
Custo com emissão de ações	23	(57.380)	-	-	-	-	-	(57.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	23	2.078.116	6.387	87.529	3.731	-	-	2.175.763

(*) Integralização de capital de R$80,00 arredondado para zero em função da apresentação em milhares de reais.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
E PARA O PERÍODO DE NOVE MESES E VINTE E TRÊS DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP) 01/01/2011 a 31/12/2011	Controladora (BRGAAP) 09/03/2010 a 31/12/2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 01/01/2011 a 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 09/03/2010 a 31/12/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		92.137	35.595	92.137	35.595
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	10	(95.289)	(1.950)	-	-
Amortização e depreciação	11/12	-	-	53.606	29.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	(2.939)	(429)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	14	-	-	17.431	3.537
Provisão para garantia devolução dos blocos	11/12	-	-	(10.555)	10.555
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	14.067	19.737
Plano de opção de ação	23	3.731	-	3.731	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9.3	-	-	32.013	9.402
Provisão para pesquisa e desenvolvimento		-	-	1.034	4.999
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	(308)	-
Variação cambial sobre contas a pagar aquisição bloco exploratório		-	-	40.259	-
Variação cambial sobre provisão para abandono	16	-	-	11.962	(5.125)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	5.867	428
Estoques	6	-	-	(5.362)	-
Impostos a recuperar	9.1	-	-	(19.491)	54
Dividendos a receber		(2.716)	-	-	-
Outros ativos		559	(659)	(1.231)	36
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		54	28	6.852	2.318
Impostos a recolher	9.2	28	-	(2.602)	(1.694)
Juros pagos	14	-	-	(19.059)	(9.309)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(27.555)	(9.253)
Partes relacionadas		(547)	661	(680)	(124)
Outros passivos		(13)	43	5.043	(488)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(2.056)	33.718	194.219	90.086
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa restrito	8	-	-	49.603	(63.124)
Dividendos recebidos	10	5.000	-	-	-
Aplicações financeiras	4	-	-	(130.479)	-
Adições de investimento	10.2	(1.463.061)	-	-	-
Adições ao imobilizado	11	-	-	(221.084)	(16.274)
Adições ao intangivel	12	-	-	(305.290)	-
Aumento de investimento da QGEP, líquido do caixa obtido na sua aquisição		-	(57.000)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.458.061)	(57.000)	(607.250)	(79.398)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	23	1.515.079	62.220	1.515.079	62.220
Custo com emissão de ações	23	(57.380)	-	(57.380)	-
Pagamento de financiamentos	14	-	-	(159.836)	(122.837)
Pagamento de dividendos	23	(106)	(33.709)	(106)	(33.709)
Partes relacionadas		-	-	-	(2.750)
Caixa líquido da investida QGEP recebida no acervo líquido integralizado por acionistas		-	-	-	223.613
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.457.593	28.511	1.297.757	126.537
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(2.524)	5.229	884.726	137.225
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.229	-	137.225	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.705	5.229	1.021.951	137.225

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
E PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES E VINTE E NOVE DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 01/01/2011 a 31/12/2011	Controladora 02/09/2010 a 31/12/2010	Consolidado 01/01/2011 a 31/12/2011	Consolidado 02/09/2010 a 31/12/2010
RECEITAS		-	-	898.777	199.111
Vendas de gás	17	-	-	372.020	183.983
Outras receitas		-	-	383	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11	-	-	221.084	15.128
Aquisição de concessão exploratória	12			305.290	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		1.677	28	669.472	78.997
Custo dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos		-	-	100.991	17.931
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.677	28	561.300	56.643
Outros	17	-	-	7.181	4.423
VALOR ADICIONADO BRUTO		(1.677)	(28)	229.305	120.114
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		-	-	53.606	29.847
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(1.677)	(28)	175.699	90.267
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		95.711	35.668	153.276	10.370
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	10	95.288	35.659	-	-
Receitas financeiras	20	423	9	153.276	10.370
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		94.034	35.640	328.975	100.637
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		1.462	45	32.668	1.552
Benefícios		-	-	540	58
F.G.T.S		-	-	270	31
		1.462	45	33.478	1.641
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		327	-	64.441	26.921
Estaduais		-	-	42.109	20.709
Municipais		-	-	29	-
ANP (BÔNUS + ROYALTIES)	18.1	-	-	24.711	15.225
		327	-	131.290	62.855
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		10	-	20.421	12.871
Aluguéis		-	-	578	5
Despesas bancárias		98	-	2.570	-
Variação monetária / cambial	20	-	-	48.501	(12.330)
		108	-	72.070	546
Remuneração de capitais próprios:					
Proposta dividendos adicionais		-	106	-	106
Dividendos pagos		-	33.709	-	33.709
Reserva legal		4.607	1.780	4.607	1.780
Dividendos mínimos obrigatórios		1	-	1	-
Reserva de investimento		87.529	-	87.529	-
		92.137	35.595	92.137	35.595
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO		94.034	35.640	328.975	100.637

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. (a "Companhia" ou "QGEPP") foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás ("QGOG") aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP"), passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Suas controladas, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") e Manati S.A. ("Manati") são sucessoras nas operações de exploração e produção ("E&P") da empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. ("QGOG").

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). A Companhia e suas controladas são referidas em conjunto nestas demonstrações financeiras como "Grupo".

Em 1º de novembro de 2010 sua Administração protocolou junto à Superintendência de Relacionamento com Empresas (SEP), da Comissão de Valores Mobiliários, a solicitação para obtenção de registro de companhia aberta, a qual foi deferida por aquela autarquia em 2 de fevereiro de 2011.

Informações sobre as operações do Grupo

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo apresenta em seu portfólio seis blocos exploratórios localizados em bacias *offshore* da Plataforma Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu (BM-CAL-5, CAL-M-312 e CAL-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2) e dois na Bacia de Santos (BM-S-12, BM-S-8). Dos blocos citados, a QGEP é operadora do bloco BM-J-2 e os demais são operados pela Petrobras.

A Companhia possui ainda a participação em quatro campos em fase de desenvolvimento e produção. Desses, dois estão situados na Bacia de Camamu (Manati e Camarão Norte) e dois estão situados na Bacia de Santos (Atlanta e Oliva, antigo BS-4). Dos campos citados, a QGEP é operadora dos campos Atlanta e Oliva e os demais são operados pela Petrobrás.

Conforme descrito na Nota 29, a Companhia obteve da ANP a aprovação da transferência da operação dos campos Atlanta e Oliva (BS-4), adquirido junto a Shell em 16 de agosto de 2011e a aprovação a transferência dos direitos de concessão do Campo de Coral da Companhia BS-3 S.A. para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) em 8 de fevereiro de 2012.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoa o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No terceiro trimestre de 2011, a perfuração do prospecto Alto de Canavieiras referente ao Bloco BM-J-2 foi interrompida temporariamente em função da condicionante da licença ambiental emitida pelo IBAMA que restringe atividades de perfuração entre os meses de outubro de 2011 e fevereiro de 2012 neste local. A licença ambiental é válida até junho de 2013, portanto o reinício da perfuração deve ocorrer no segundo trimestre de 2012.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia está apresentando as demonstrações financeiras individuais da controladora (QGEP Participações S.A.) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações financeiras individuais das entidades que contém investimentos em controladas, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e suas controladas diretas e indiretas: (i) participações no capital social, reservas e prejuízos acumulados e investimentos, (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos, (iii) efeitos de transações relevantes.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia e suas controladas. As transações, saldos, receitas e despesas entre partes relacionadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações da Companhia em controladas

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, relacionadas a seguir:

		Porcentagem de participação - %
	Controle	31/12/2011
QGEP	Direto	100%
Manati	Indireto	100%

2.4. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera com um único segmento, exploração e produção (E&P). Adicionalmente, a receita líquida é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

Resumo das principais práticas contábeis:

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. (Nota 6)

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

Os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registrados pelo método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Esse método determina que os gastos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e de geofísica, custos com poços secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com perfuração de poços (*Drilling Costs*) onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados até a sua conclusão.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os juros e demais encargos financeiros calculados sobre os passivos relativos a aquisições do ativo imobilizado foram capitalizados como custos desses ativos até o início de suas operações (fase de produção/operação).

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

2.9. Intangível

A Companhia apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, basicamente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;

- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com essa avaliação, efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração entende que não existe a necessidade de efetuar provisão para realização nesses ativos exploratórios na referida data.

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 ("Redução do Valor Recuperável dos Ativos") os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de dezembro de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.11. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas da Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota 16).

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

2.12. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Os financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas é constituída para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de "perda possível" são divulgados pela Administração, mas não registrados.

2.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

2.16. Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente será transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada Manati.

2.17. Acordos de pagamentos baseados em ações da Companhia

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 23 iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.19.1. <u>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</u>

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui equivalentes de caixa e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.19.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.19.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Companhia possui contas a receber e depósitos bancários (na rubrica de Equivalentes de Caixa) classificados nesta categoria.

2.19.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.20.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20.2. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - real (R$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico primário que a Companhia opera.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, interpretações e as alterações de normas existentes emitidas pelo CPC e IFRS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011 não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. As normas a seguir relacionadas foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012 ou em períodos subsequentes.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após
IFRS 7	Instrumentos Financeiros - Divulgação	1º de janeiro de 2015
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de julho de 2015
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordo Contratual Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgação de Participação em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	1º de julho de 2012
IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo é mensurado pelo modelo de Valor Justo da IAS 40	1º de janeiro de 2012
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28	Investimentos em Coligadas e Controladas	1º de janeiro de 2013
IAS 32	Instrumentos Financeiros - Apresentação	1º de janeiro de 2014

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e depósitos bancários	51	21	758	935
CDB's e debêntures compromissadas	2.654	5.208	106.553	136.290
Fundo de investimento exclusivo	-	-	914.640	-
Total	2.705	5.229	1.021.951	137.225

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures) e investimentos em fundo exclusivo (item "c" abaixo), possuindo liquidez imediata e rentabilidade indexada à variação da taxa do CDI, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Fundo de investimento exclusivo	130.479	-
Total	130.479	-

Em 31 de dezembro de 2011, a rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 100,26% do CDI.

c) Composição do fundo de investimento exclusivo

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos e privados indexadas à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Até 31 de dezembro de 2011, todas as aplicações dos fundos exclusivos possuíam liquidez diária, independente dos vencimentos dos papéis que lastreiam os fundos.

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas pelos títulos e saldos demonstrados no quadro abaixo:

Produto	Data de vencimento	Valor
Compromissada (LFT e debêntures)	jul/17 a abr/26	220.579
CDB/ CDI (pós-fixado)	nov/12 a jun/14	694.061
Títulos classificados em equivalentes de caixa		914.640
Letras Financeiras de Tesouro (LFT)	mar/13 a set/16	130.479
Títulos classificados em aplicações financeiras		130.479

5. CONTAS A RECEBER

A Manati tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (até 25 anos) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações basicamente de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Estoque de materiais (*)	5.362	-

(*) Composto por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória da controlada QGEP.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo – circulante				
Contas a pagar - Construtora QG S.A. (a)	-	-	58	-
Contas a pagar - QGOG (b)	-	-	325	1.049
Contas a pagar - BS-3 S.A.	-	-	117	132
Contas a pagar - QGEP (c)	113	660	-	-
Total	113	660	500	1.181

	Consolidado	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Resultado		
Despesas gerais e administrativas (b)	1.515	1.573
Despesas financeiras	1.177	-

(a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES.

(b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati e à QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.

(c) Refere-se a reembolso de despesas incorridas com consultores externos e outros.

7.1. Remuneração dos administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Benefícios de curto prazo	1.690	44	5.356	2.551
Plano de opções de ações	-	-	2.221	-

Além da remuneração citada acima, durante o ano de 2011, foi pago montante de R$13.712 referente a gratificação do processo de abertura de capital para os Administradores, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

7.2. Garantias entre partes relacionadas

Os empréstimos bancários das instituições financeiras BNB e BNDES possuem garantia corporativa até a liquidação dos mesmos, conforme descritos na Nota 14.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Fundo da provisão de abandono (a)	11.379	4.049
Aplicação financeira – amortização acelerada empréstimos BNB (b)	2.142	59.075
Aplicação financeira – conta reserva (c)	47.447	47.447
Total caixa restrito	60.968	110.571

(a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide Nota 16) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. O benchmark do fundo é 70% da variação cambial mais 30% da variação do CDI. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 11,71% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(b) Conta para qual são transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do Campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme Contrato de Financiamento, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês. Quando o saldo desta conta alcançar um montante igual ao valor de uma prestação de amortização do principal, BNB poderá efetuar pagamentos adicionais, de modo a reduzir o número total de prestações. Estes recursos são aplicados em LFT, indexados à variação da taxa do CDI, com rentabilidade de 99% do CDI, cujo prazo de vencimento é de até 48 meses a partir de 31 de dezembro de 2011. Em novembro de 2011, o BNB exerceu o direito de efetuar pagamentos adicionais com a antecipação de 33 parcelas referentes a este financiamento no montante total de R$60.036.

(c) Outros ativos financeiros da controlada Manati composto por saldos de aplicações financeiras que fazem parte do pacote de garantias cedidas ao BNB em decorrência do financiamento para desenvolvimento do Campo de Manati (conta reserva). Estes recursos são aplicados em operações de renda fixa, indexadas à variação do CDI, integralmente aplicadas no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os quais rendem uma taxa média de 99% do CDI e prazo médio de 108 dias a partir de 31 de dezembro de 2011. Esta aplicação será renovada até o término do financiamento.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Antecipação IR e CS	978	-
IRRF sobre aplicação financeira (a)	19.514	781
ICMS sobre imobilizado (b)	373	486
Outros	-	107
Total	20.865	1.374
Circulante	20.698	1.156
Não circulante	167	218

(a) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

(b) Créditos registrados na Manati referentes às aquisições destinadas ao ativo imobilizado os quais vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/48 avos.

9.2 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
ICMS (a)	-	5.006	4.375
Imposto de renda e contribuição social	-	6.301	7.937
IRRF	28	343	-
PIS/COFINS (a)	-	9.395	6.981
Royalties (b)	-	2.453	2.501
Participação especial (c)	-	865	775
Outros	-	75	10
Total circulante	28	24.438	22.579

(a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.

(b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 21.

(c) A participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 21.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Lucro antes da tributação	92.137	35.595
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(31.327)	(12.102)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	32.398	12.124
Benefícios fiscais não registrados	(1.071)	(22)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	-

	Consolidado	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Lucro antes da tributação	121.211	45.708
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(41.212)	(15.541)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	24.035	15.738
Benefícios fiscais não registrados (b)	(4.681)	(11.176)
Despesas indedutíveis / Outros	(7.215)	866
Imposto de renda e contribuição social	(29.073)	(10.113)
Alíquota efetiva	23,99%	22,13%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	2.939	(710)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(32.013)	(9.403)

(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.15).
(b) Referente a 100% dos prejuízos fiscais da controlada QGEP e da controladora QGEPP.

9.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de despesas/provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada Manati, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios futuros para cálculo dos impostos.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.861
Diferença temporária	
Amortização dos ativos referentes a provisão de abandono	1.143
Variação cambial da provisão de abandono	1.796
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.800

A Companhia estima a realização do ativo fiscal diferido, com base na realização das diferenças temporárias, a partir de 2027.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição

A seguir, são apresentadas as informações os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	Manati S.A.	Brasil	100%

10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta, são:

	Controlada direta QGEP	Controlada indireta Manati
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	38.044.131
Percentual de participação direta	100%	100%
	R$	R$
Capital social	2.042.553	253.481
Patrimônio líquido	2.170.498	515.838
Resultado do exercício	95.289	105.906

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	R$
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010	617.148
Integralização de capital em 11 de fevereiro de 2011 (a)	1.271.000
Integralização de capital em 4 de março de 2011 (b)	191.046
Plano de opção de ações	3.731
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.716)
Dividendos recebidos (c)	(5.000)
Resultado de equivalência patrimonial (d)	95.289
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.170.498

(a) Em AGE realizada em 11 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da controlada QGEP no montante de R$1.271.000, o qual passou nesta data de R$580.506 para R$1.851.506 mediante a emissão de 116.228.375 ações ordinárias.

(b) Em AGE realizada em 4 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da controlada QGEP no montante de R$191.046, o qual passou nesta data de R$1.851.506 para R$2.042.553 mediante a emissão de 17.470.595 ações.

(c) Em AGE realizada em 4 de agosto de 2011 foi aprovada a distribuição e pagamento aos acionistas da QGEP de dividendos no valor de R$5.000.

(d) Resultado apurado pela investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

10.3. Informações sobre as controladas

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

  A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

  A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- Manati S.A.

  A Manati S.A., é uma companhia de capital fechado, que tem prazo de duração indeterminado. Foi fundada em 13 de outubro de 2004, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tem como objetivo social e específico a realização de investimentos no Campo de Manati, localizado na bacia de Camamu/Almada e a comercialização de hidrocarbonetos decorrentes da exploração do mencionado campo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas. Toda a produção de gás é vendida a Petrobras.

11. IMOBILIZADO

		Consolidado			
		31/12/2011			31/12/2010
	Taxa de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Segmento corporativo					
Móveis e utensílios	10%	646	(53)	593	171
Veículos	20%	583	(51)	532	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.344	(203)	1.141	979
Computadores – *Hardware*	20%	960	(80)	880	-
Subtotal		3.533	(387)	3.146	1.150
Segmento de *upstream*					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	327.917	-	327.917	131.820
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(10.491)	6.353	7.473
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento	-	1.362	-	1.362	405
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	802.178	(271.531)	530.647	572.809
Subtotal		1.148.301	(282.022)	866.279	712.507
Total		1.151.834	(282.409)	869.425	713.657

(i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.

(ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.

(iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

	Consolidado					
Custo	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais – em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás – em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
(+) Adições pelo acervo líquido	-	120.702	16.844	405	788.315	926.266
(+) Adições do período	1.150	11.118	-	-	4.010	16.278
Saldo em 31/12/2010	1.150	131.820	16.844	405	792.325	942.544
(+) Adições do exercício(a)	2.383	208.512	-	957	9.853	221.705
(-) Baixas do exercício (b)	-	(12.415)	-	-	-	(12.415)
Saldo em 31/12/2011	3.533	327.917	16.844	1.362	802.178	1.151.834

(a) Principais adições referentes ao BM-J-2 no montante de R$112.205, que incluem gastos com serviços de perfuração, logística e materiais.

(b) Baixa referente principalmente ao bloco BMS-76 em razão da decisão de devolver à ANP, conforme indicado na nota 12.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração	Amortização gastos com desenvolvimento	Total
(+) Adições pelo acervo líquido	-	(8.761)	(190.279)	(199.040)
(+) Adições do período	-	(610)	(29.237)	(29.847)
Saldo em 31/12/2010	-	(9.371)	(219.516)	(228.887)
(+) Adições do exercício	(387)	(1.120)	(52.015)	(53.522)
Saldo em 31/12/2011	(387)	(10.491)	(271.531)	(282.409)

12. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	Custo	Amortização	31/12/2011	31/12/2010
Aquisição de concessão exploratória (i)	529.399	-	529.399	-
Bônus de assinatura (ii)	4.364	-	4.364	5.836
Software	1.527	(85)	1.442	-
Total	535.290	(85)	535.205	5.836

(i) Em 1º de junho de 2011, a controlada QGEP assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de US$175.000 (cento e setenta e cinco milhões de dólares). A transferência dos direitos de participação da Shell para a QGEP foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011. O consórcio é formado pela Petrobras (operadora), QGEP, Petrogal e Barra Energia. O pagamento de 10% do valor (US$17.500) da aquisição foi realizado no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% (US$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos de Atlante e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de US$157.500 (cento e cinqüenta e sete milhões e quinhentos mil dólares). Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (antigo BS-4) para a QGEP. O pagamento de 10% do valor (US$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% (US$141.750) da aquisição foram pagos no dia 02 de março de 2012, conforme divulgado na Nota 29.

(ii) Em 31 de dezembro de 2011, os bônus de assinatura, no montante de R$4.364, correspondem aos gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível para consulta na Nota 21.

	Consolidado			
Custo	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
(+) Adições pelo acervo líquido	-	25.573	-	25.573
(-) Baixas do período (iii)	-	(19.737)	-	(19.737)
Saldo em 31/12/2010	-	5.836	-	5.836
(+) Adições do exercício (i)	529.399	-	1.527	530.926
(-) Baixas do exercício (iii)	-	(1.472)	-	(1.472)
Saldo em 31/12/2011	529.399	4.364	1.527	535.290

(iii) Em março e junho de 2011, o consórcio tomou a decisão de devolver os blocos adjacentes BM-S-75/BM-S-77 e BM-S-76 à ANP, respectivamente. Com isso, a Companhia arcou com os compromissos assumidos como garantia do PEM (Programa Exploratório Mínimo) do bloco BM-S-77 no montante de R$10.555 que foi provisionado em dezembro de 2010 na conta "Provisão para garantia devolução dos blocos" e liquidados em maio de 2011 quando exercidos pela ANP. Além disso, a Companhia baixou os saldos referentes aos bônus de assinatura dos blocos BM-S-75/BM-S-77 (no montante de R$19.737 em dezembro de 2010) e BM-S-76 (no montante de R$1.472 em maio de 2011).

13. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R$265.895 no consolidado está relacionado ao contas a pagar com a Shell pela aquisição de direitos de participação nos campos Atlanta e Oliva (BS-4) conforme descrito na Nota 12. O pagamento de 10% do valor (US$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% (US$141.750) da aquisição foram pagos no dia 2 de março de 2012, conforme divulgado na Nota 29. O efeito da variação cambial é registrado no resultado do exercício.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades fins da Companhia.

			Consolidado			
	31/12/2011	31/12/2010	Encargos	Garantia	Forma de pagamento	Vencimento
Moeda estrangeira - US$						
IFC – A	-	7.028	Libor + 1.75% a.a.	Fiança (a)	semestral	Nov/11 (*)
IFC – C	-	16.829	10.29% a.a.- 11.48% a.a.	Fiança (a)	semestral	Nov/11 (*)
Total em moeda estrangeira	-	23.857				
Moeda nacional						
BNDES	52.474	96.202	TJLP +3.5% a.a.	Fiança (c) e penhor ações Manati	mensal	Dez/13
BNB	51.083	144.963	10% a.a. (b)	Fiança (c) e penhor ações Manati	mensal	Dez/13
Total em moeda nacional	103.557	241.165				
Circulante	51.992	76.330				
Não circulante	51.565	188.692				
Total consolidado	103.557	265.022				

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
TJLP –Taxa de Juros de Longo Prazo
URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo
BNB - Banco do Nordeste
IFC – International Finance Corporation

(*) Em 16 de maio de 2011, o contrato junto ao IFC foi integralmente liquidado.

Descrição	Dez-11
TJLP anual	6,00%

(a) Notas Promissórias com Fiança da Queiroz Galvão S.A. (QGSA) sem cobrança de encargos financeiros.
(b) Sobre os encargos incidentes no financiamento em questão, são aplicados mensalmente Bônus de Adimplência de 15% sobre a taxa efetiva conforme definido contratualmente, desde que as prestações sejam pagas até as datas de vencimento previstas em contrato.
(c) Os contratos de financiamento celebrados entre a Manati S.A. e os bancos BNB e BNDES prevê como garantias (i) uma fiança prestada pela QGSA, até a assinatura dos contratos acessórios (ii) penhor em primeiro grau dos direitos creditórios da Manati S.A. emergentes dos contratos de venda de gás natural e condensado e dos hidrocarbonetos de propriedade da Manati S.A. e (iii) penhor de Ações.

Movimentação dos empréstimos

Saldo - 31/12/2010	265.022
(-) Amortização do principal (a)	(159.836)
(+) Adições de juros	20.250
(-) Amortização de juros (a)	(19.059)
(-) Bônus adimplência	(1.924)
(+/-) Variação cambial	(896)
Saldo final - 31/12/2011	103.557

(a) Referente a liquidações dos empréstimos juntos as instituições financeiras, conforme composição abaixo:

Banco	Principal	Juros
IFC – A	6.679	74
IFC – C	16.030	882
BNDES	43.552	6.678
BNB (*)	93.575	11.425
	159.836	19.059

(*) Em novembro de 2011, o BNB exerceu o direito de resgatar o montante do caixa restrito antecipando 33 parcelas referentes a este financiamento no montante total de R$60.036.

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

Vencimentos	Dez-11
2012	51.992
2013	51.565

Os contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas (“*covenants”*) que referem-se basicamente à manutenção de certos índices de liquidez, sendo estes índice de liquidez corrente, índice de endividamento e cobertura do serviço da dívida. As cláusulas restritivas são requeridas de serem calculadas anualmente.

Os *covenants* não financeiros relacionados aos contratos de empréstimo da controlada Manati junto ao BNB e ao BNDES correspondem basicamente à distribuição de dividendos acima de 25%, os quais devem ser autorizados pelos bancos financiadores da Manati. Historicamente todas as solicitações efetuadas foram devidamente atendidas de forma a liberar o excesso de caixa gerado pela Manati para a QGEP.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas encontram-se de acordo com todas as cláusulas desses contratos.

O contrato de financiamento com o *International Finance Corporation* (IFC) foi originalmente celebrado entre essa instituição e a QGOG. Em maio de 2010, foi celebrado um termo de anuência (*waiver*) por meio do qual o IFC consentiu que as obrigações desse contrato de financiamento fossem transferidas para a QGEP.

Em 15 de abril de 2011 foi solicitada e concedida a anuência para a antecipação da última parcela do financiamento do IFC com vencimento em 15 de novembro de 2011 no valor de US$7.083 para dia 16 de maio de 2011. Com isso, nesta data o contrato junto ao IFC foi liquidado integralmente.

15. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

Os processos da Manati considerados como perda possível consubstanciada na opinião de assessores legais externos, não foram provisionados nas demonstrações financeiras e se referem:

a) Contingência ambiental referente a assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati. O valor atribuído a ação original foi de R$300 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão e podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

b) Contingência ambiental referente a assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde – descumprimento de condicionantes, a qual deu origem a Execução Fiscal decorrente da multa aplicada no Auto de Infração , lavrado em 22/11/2006, pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA). O valor da execução é de R$364 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a QGOG por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos da QGOG e Constellation, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas de custos para abandono referente as operações na controlada Manati foram definidas no exercício de 2011 pelo operador do bloco (Petrobras), conforme Ata de Reunião do Comitê Operacional de 29 de outubro de 2011.

Na controlada Manati, os efeitos da variação cambial oriunda da atualização da provisão para abandono definida em moeda estrangeira (US$) são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

Movimentação da Provisão para Abandono

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	95.085
Variação cambial do exercício	11.962
Saldos em 31/12/2011	107.047

17. RECEITA LÍQUIDA

	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Receita operacional bruta	372.020	183.983
PIS	(6.019)	(2.963)
COFINS	(27.723)	(13.646)
ICMS	(42.026)	(20.709)
Descontos – reduções contratuais	(7.245)	(4.423)
Total de deduções	(83.013)	(41.741)
Receita líquida	289.007	142.242

18. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1 Custos

	Consolidado	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Custos de extração (*)	(47.983)	(7.087)
Royalties e participação especial	(24.711)	(15.225)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.973)	(4.999)
Amortização e depreciação	(53.055)	(29.847)
Total	(128.722)	(57.158)

(*) Em setembro de 2010, a Companhia teve recuperação de despesas no montante de R$4.348, oriunda do ressarcimento pelo operador do Campo de Manati do *billing* referente as atividades incorridas ao longo do período.

18.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Pessoal	(1.751)	(44)
Serviços contratados de terceiros	(485)	(29)
Seguros	(865)	-
Impostos e taxas	(136)	-
Outras despesas	(328)	-
Total	(3.565)	(73)

	Consolidado	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Pessoal (a)	(44.042)	(5.018)
Serviços contratados de terceiros	(4.614)	(1.603)
Seguros	(958)	-
Impostos e taxas	(5.897)	(12)
Serviços compartilhados	(1.834)	(1.573)
Patrocínio	(687)	(1.221)
Outras despesas	(6.064)	(686)
Total	(64.096)	(10.113)

(a) O saldo em 31 de dezembro, inclui o montante de R$23.070 referente ao pagamento para diretores, gerentes, funcionários e colaboradores (incluindo diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da controlada QGEP) de uma remuneração de incentivo vinculada à conclusão da Oferta Pública de Ações da QGEP Participações S.A. A referida remuneração de incentivo teve o valor global de 1,523% do valor da oferta primária de ações, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração ("RCA") de 28 de março de 2011.

19. CUSTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. O saldo de R$52.071 em 31 de dezembro de 2011, inclui R$13.213 referente a baixa dos gastos exploratórios do poço 1-SP-80 localizado no bloco BM-S-76, que não apresentou zonas potencialmente produtoras, como já informado ao mercado e R$29.584 de sísmica referente as novas aquisições.

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Juros de aplicações financeiras	423	9
Despesas financeiras	(10)	-
Total	413	9

	Consolidado	
	01/01/11 a 31/12/11	02/09/10 a 31/12/10
Juros de aplicações financeiras e outras receitas financeiras	153.276	10.370
Juros de empréstimos e financiamentos e outras receitas (*) e despesas financeiras	(20.421)	(12.919)
Variações cambiais, líquidas (**)	(48.501)	12.330
Total	84.354	9.781

(*) Refere-se a bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

(**) Refere-se basicamente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, sobre a provisão para abandono para o período e sobre o saldo a pagar a Shell referente a compra do bloco BM-S-8 e campos Atlanta e Oliva (BS-4).

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS - NÃO AUDITADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

a) Direitos e compromissos com a ANP

A Companhia possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/Campo	Participação	%
Abandonado	Santos	Coral	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção Panoro Energy Brasoil	35 15 35 15
Desenvolvimento e Produção	Camamu	Manati Camarão Norte	Petrobras (operador) Manati Panoro Energy Brasoil	35 45 10 10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	Petrobrás Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	40 30 30
Exploração	Camamu	BM-CAL-5 Copaíba e Jequitibá	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção	72.5 27.5
	Camamu	CAL-M-312 CAL-M-372	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção El Paso	60 20 20

Fase	Bacia	Bloco/Campo	Participação	%
	Santos	BM-S-12	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção	70 30
	Santos	BM-S-8	Petrobras (operador) Petrogral Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção	66 14 10 10
	Jequitinhonha	BM-J-2	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100

Conforme acima demonstrado, a Petrobras é operadora na quase totalidade dos blocos da Companhia. Pelos termos dos contratos de concessão, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantido os direitos de explorar, desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo atual portfólio de participações em projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural da Companhia:

	Garantia para o PEM (% QGEP)	Ano do	Bônus de			Taxa de retenção de área por km² (Valores em Reais)		
Bloco/campo	MM R$	contrato	assinatura	Área km²	*Royalties*	Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	-	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	14	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	-	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	7,2	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-8	-	2000	-	2.432,2	10%	396,02	792,04	3.960,20
BS-4	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	21,2		4.364					

Em 31 de dezembro de 2011, a QGEP têm compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), que compreende a perfuração de 2 poços exploratórios, além de reprocessamento e processamentos sísmicos especiais. Caso esse programa exploratório mínimo não seja cumprido, a ANP executará a garantia estipulada. O compromisso está sendo cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

A controlada Manati detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de área. Em 31 de dezembro de 2011, o montante da provisão de abandono é de R$107.047 (Nota 16).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Manati:

- Royalties- Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram provisionados R$22.698 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R$2.453 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.

- Participação especial- A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram provisionados R$2.014 de participação especial, dos quais R$865 permanecem no passivo a pagar.

- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão- Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R$113 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Informações sobre as reservas (não auditadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 – Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo MMm^3 (não auditado)
Reserva provada estimada em 31/12/2011 (*)	14.287

(*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2010 e deduzidas das produções mensais até o referido período.

c) Garantias

A Companhia tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias para algumas operações financeiras. Atualmente a Companhia tem como compromisso o pagamento de 100% das obrigações da subsidiária QGEP junto a Shell referente à aquisição dos campos Atlanta e Oliva (BS-4). As garantias oferecidas pela Companhia são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2011			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	60.968	60.968
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	2.705	2.705	107.311	107.311
Contas a receber (ii)	-	-	76.140	76.140
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (i)	-	-	914.640	914.640
Aplicações financeiras (i)	-	-	130.479	130.479
Instrumento financeiro derivativo (i)	-	-	1.088	1.088
Passivos financeiros				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	-	103.557	91.555
Fornecedores (ii)	83	83	26.652	26.652
Partes relacionadas	113	113	500	500
Contas a pagar	-	-	265.895	265.895
Instrumento financeiro derivativo (i)	-	-	780	780

Os valores de mercado ("valor justo") estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

(i) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis para ativo e passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber, a pagar e fornecedores também não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	Total
Fornecedores	26.652	-	26.652
Contas a pagar	265.895	-	265.895
Partes relacionadas	500	-	500
Empréstimos e financiamentos	51.992	51.565	103.557
Total	345.039	51.565	396.604

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras. A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como sendo de *Investment Grade, é* controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas a taxa de juros CDI pós-fixada. Os empréstimos são captados com taxas de juros pré-fixadas e variáveis (TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo e Libor).

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011		10,87%		
Equivalente de caixa	Baixa do CDI	914.640	914.640	914.640
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	130.479	130.479	130.479
Taxa anual estimada do CDI		9,69%	7,27%	4,85%
Efeito anual no equivalentes de caixa e aplicações financeiras:				
Redução		(10.496)	(32.376)	(54.718)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011		10,87%		
Caixa restrito:				
Fundo da provisão de abandono	Baixa do CDI	11.379	11.379	11.379
BNB	Baixa do CDI	2.142	2.142	2.142
Conta reserva	Baixa do CDI	47.447	47.447	47.447
Taxa anual estimada do CDI		9,69%	7,27%	4,85%
Efeito anual no caixa restrito:				
Redução		(315)	(971)	(1.640)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011		6%		
Empréstimos:				
BNDES A	Alta da TJLP	24.463	24.463	24.463
BNDES B	Alta da TJLP	28.011	28.011	28.011
BNB 001	Alta da TJLP	43.848	43.848	43.848
BNB 002	Alta da TJLP	7.235	7.235	7.235
Taxa anual estimada da TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
Efeito anual nos empréstimos:				
Aumento		-	571	1.136

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes do aumento das taxas de câmbio sobre a provisão para abandono e contas a pagar, valorizados em moeda estrangeira.

Com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar a Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos, conforme detalhado abaixo. Essa exposição se refere a segunda parcela paga pela aquisição de 30% dos campos Atlanta e Oliva (BS-4) no dia 2 de março de 2012.

Os instrumentos contratados para parte da segunda parcela da aquisição foram NDFs (*Non Deliverable Fowards*) no valor nocional total de US$70.000, cujos termos e disposições aplicáveis são os seguintes:

Data efetiva:	21/09/11 a 11/10/11
Vencimento:	19/03/12
Valor nocional:	USD 70.000
Taxa de câmbio a termo:	R$/USD 1,8135 a R$/USD 1,9123

			2011	
Operação de termo de moeda	Vencimento	Taxa	Valor nocional R$	Valor justo R$
NDFs	19/março/12	USD	130.071	308 (a)

(a) Corresponde ao ajuste líquido do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Os ativos e passivos referentes aos valores justos estão contabilizados nas contas de Outros Ativos Circulantes e Outros Passivos Circulantes e o efeito líquido está registrado como Resultado Financeiro no resultado do exercício.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa média ponderada contratual (R$/US$)		1,89		
NDF notional (US$ mil)	Queda do US$	70.000	70.000	70.000
Taxa R$ / US$		1,89 (*)	1,42	0,95
Efeito na variação da taxa de câmbio:				
Redução		-	(33.075)	(66.150)

(*) Com base nos contratos futuros de dólar comercial da BMF em 29/12/2011

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade no caso de uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre os instrumentos financeiros passivos da Companhia.

	Consolidado				
	2011				
	Cenário Provável em USD	– Cenário Provável em R$	Risco	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Dólar				2,3448	2,8137
Operação					
Contas a pagar – Shell	141.750	265.895	Alta do US$	265.895	265.895
Provisão para abandono	57.067	107.047	Alta do US$	107.047	107.047
Passivos expressos em reais nas respectivas taxas de câmbio	198.817	372.942		372.942	372.942
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real	N/A	N/A		93.234	186.469

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária (”AGE”) de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R$1.317.460 passando dos atuais R$620.417 para R$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R$197.619 passando dos atuais R$1.937.877 para R$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações S.A. (“Prospecto Definitivo”).

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de R$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações ordinárias	% de participação	Capital
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	62,9	1.307.135
FIP Quantum	18.606.588	7,0	145.468
Administradores	7	0,1	2.078
Ações em circulação	79.741.019	30,0	623.435
Total	265.806.905	100	2.078.116

ii) Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

Resultado básico e diluído por ação	Período de 01/01/11 a 31/12/11	Período de 02/09/10 a 31/12/10
Numerador		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	92.137	35.595
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	256.850	60.143
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,36	0,59

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 31 de dezembro de 2011 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii) Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo este Plano de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R$9,87.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações
	2011
Data da reunião do Conselho de Administração	29/04/2011
Total de opções concedidas	1.097.439
Preço de exercício da opção	R$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	59,24%
Dividendo esperado	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	6,36%
Duração da opção (em anos)	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	-	
Concedidas no período	1.097.439	19,00
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	1.097.439	19,00
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011	-	-

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011 estão sumariadas abaixo:

Opções em circulação				Opções exercíveis	
Intervalo de preços de exercício	Opções em circulação em dez/2011	Maturidade remanescente media em anos	Preço de exercício médio	Opções exercíveis em dez/2011	Preço de exercício médio
19,00	1.097.439	7	19,00	-	-

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R$3.731, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

iv) Custos de transação

Conforme determinado no Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a Companhia registrou em conta redutora do capital social os valores pagos relacionados a abertura de capital no montante de R$57.380.

v) Destinação do lucro do exercício

A Administração da Companhia está propondo à Assembléia Geral de Acionistas destinar o montante do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme a seguir:

	2011
Lucro líquido do exercício	92.137
Constituição da reserva legal (5%)	(4.607)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1)
Reserva de investimento	87.529

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 0,001% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

vi) Reserva de lucros para investimento

Constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, à qual será submetido a aprovação na assembléia de Acionistas.

24. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Vencimento	Importâncias seguradas Dez-11
Responsabilidade civil geral	21/01/2012	835.669
Responsabilidade civil de diretores e administradores	16/01/2012	100.000
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2012	280.800
Total		1.216.469

Os seguros foram renovados em 2012, com o vencimento das novas apólices para 16 e 21 de janeiro de 2013, conforme descrito na Nota 29.

25. PLANO DE BENEFICIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contra-partida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições especificas.

A despesa total de R$196, reconhecida na demonstração consolidada do resultado, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2012.

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Adições ao intangível	225.636	-
Adições ao imobilizado	801	
Plano de opções de ações	3.731	-
Contas a receber	-	82.434
Custos exploratórios	-	752.798
Outros ativos	-	5.102
Fornecedores	-	16.680
Impostos e obrigações sociais a recolher	-	25.891
Empréstimos e financiamentos	-	393.630
Provisão para abandono	-	100.210
Outros passivos	-	16.785

28. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2012, os principais ativos ou interesses cobertos por seguros foram renovados. Os respectivos montantes e vencimentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Vencimento	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	21/01/2013	3.106.722
Responsabilidade civil de diretores e administradores	16/01/2013	100.000
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2013	280.800
Total		3.487.522

Em 8 de fevereiro de 2012 a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") aprovou a transferência de 15% dos direitos de concessão do Campo de Coral para a QGEP. Os demais membros do consórcio são a Petrobras (35%), Panoro Energy (35%) e a Brasoil (15%).

Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (BS-4) para a QGEP. Os demais membros do consórcio são a Petrobras (40%) e a Barra Energia (30%).

Conforme divulgado na Nota 12, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de US$157.500 (cento e cinquenta e sete milhões e quinhentos mil dólares). Em 2 de março de 2012 a Companhia efetuou o pagamento complementar de 90% do preço de aquisição no montante de R$243.130 (equivalente a US$141.750). Com isso, liquidou os instrumentos derivativos (NDFs), cujo objetivo era reduzir a exposição às oscilações do dólar desta dívida, na mesma data.

queiroz galvão
QGEP PARTICIPAÇÕES

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2012.

José Augusto Fernandes Filho
Diretor-Presidente

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor

Paula Vasconcelos da Costa
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

queiroz galvão
QGEP PARTICIPAÇÕES

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2012.

José Augusto Fernandes Filho
Diretor-Presidente

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor

Paula Vasconcelos da Costa
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor